



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE
LICENÇAS DE *SOFTWARE* MICROSOFT PARA A AICEP**

0098.2025.CPI.DI

CADERNO DE ENCARGOS



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

OBJETO

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento pré-contratual tem por objeto a aquisição de licenças de *software* Microsoft para a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (doravante AICEP), nos termos previstos no presente caderno de encargos.
2. O presente procedimento, adotado ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), tem a seguinte referência 0098.2025.CPI.DI

Cláusula 2.^a

CONTRATO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados, desde que os mesmos tenham sido expressamente aceites pela AICEP, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) A declaração relativa à proteção de dados pessoais (Anexo A).
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual ali são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

5. Quando não tenha sido exigida a redução do contrato a escrito, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Cláusula 3.^a

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços que lhe tenham sido fornecidos pela AICEP devem ser submetidas a esta antes do início da execução dos serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o adjudicatário submetê-las imediatamente à AICEP, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 4.^a

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato a celebrar mantém-se em vigor pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações de natureza acessória que devam perdurar após a sua cessação, iniciando a respetiva vigência a 27 de setembro de 2025 ou na data da respetiva assinatura, se esta vier a ocorrer em data posterior.

Cláusula 5.^a

LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do contrato a celebrar são executados nas instalações do adjudicatário e em modo remoto, contudo poderão também ser executados, quando solicitado pela AICEP, nas instalações da AICEP no Porto e Lisboa.

Cláusula 6.^a

PREÇO BASE

1. O preço base do presente procedimento é fixado em **829.143,04 (oitocentos e vinte e nove mil, cento e quarenta e três euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

vigor, sendo este o montante que a AICEP se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar, nos seguintes termos:

- a. **819.143,04 € (oitocentos e dezanove mil, cento e quarenta e três euros e quatro cêntimos)**, como preço base das licenças definidas no ponto A. da Parte II do presente Caderno de Encargos – o qual respeita ainda os seguintes preços unitários máximos:

SKU	Descrição	Preço	Notas
	Perfil Enterprise		
AAD-33204	M365 E3 Unified Existing Customer Sub Per User	38,90 €	Valor unitário base mensal
	Additional Products		
83I-00001	M365 Copilot Sub Add-on	29,00 €	Valor unitário base mensal
T6A-00024	O365 E1 Existing Customer Sub Per User	9,70 €	Valor unitário base mensal
7SY-00002	Planner & Project P5 Sub Per User	51,50 €	Valor unitário base mensal
7NQ-00302	SQL Server Standard Core ALng LSA 2L	1 807,00 €	Valor unitário base anual
9EM-00562	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	69,00 €	Valor unitário base anual
6WT-00001	O365 Extra File Storage Sub Add-on Extra Storage 1 GB	0,18 €	Valor unitário base mensal

- b. **10.000,00 € (dez mil euros)**, que corresponde a uma bolsa de licenças adicionais, a constituir nos termos definidos no ponto B. da Parte II do presente Caderno de Encargos.

2. A determinação do preço base resulta de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

Cláusula 7.ª

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar, o preço contratual máximo resulta da multiplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, pelo número estimado de licenças previsto no ponto A. da parte II do presente Caderno de Encargos, a que acresce o valor da bolsa de licenças adicionais, nos termos do disposto no número seguinte.
2. A bolsa de licenças adicionais terá um valor máximo de 10.000,00 € (dez mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e o seu consumo será efetuado com base nos preços unitários das mesmas, multiplicados pelas quantidades requisitadas pela AICEP, nos termos definidos no ponto B. da Parte II do presente Caderno de Encargos.
3. A AICEP pagará ao adjudicatário unicamente o preço unitário proposto para cada licença, multiplicado pelas quantidades requisitadas, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

4. Não serão feitos pagamentos que não respeitem a licenças/serviços efetivamente disponibilizadas/prestados, não sendo devidos ao adjudicatário os montantes correspondentes a quantidades ou trabalhos estimados não prestados nem qualquer indemnização por conta dessa circunstância.
5. O preço contratual compreende a globalidade dos encargos em que o adjudicatário incorra com a celebração e o cumprimento integral do contrato, incluindo os relativos a deslocações, transporte, alojamento, alimentação, os decorrentes da utilização de marcas, patentes ou licenças, os referidos no artigo 445.º do CCP e, ainda, os decorrentes das obrigações de garantia dos serviços prestados.
6. O preço contratual engloba ainda a remuneração do adjudicatário por quaisquer benefícios que a AICEP tenha com a globalidade das prestações contratuais e não expressamente previstos no contrato, incluindo os de natureza comercial ou relativos à transmissão de direitos de autor.
7. Durante a execução do contrato, não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 7.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela AICEP, nos termos do presente caderno de encargos, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (dias) após receção das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas com o vencimento da obrigação a que se referem, apenas podendo haver lugar a pagamentos após a emissão de visto prévio ou da declaração de conformidade pelo Tribunal de Contas, nos termos da lei.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as obrigações do primeiro ano de contrato consideram-se vencidas com a aceitação das licenças pela AICEP, e, nos anos seguintes, consideram-se vencidas na data da renovação das licenças adquiridas.
3. Quando requisitadas licenças adicionais, no âmbito da bolsa constituída para o efeito, a que se refere o ponto B. da parte II ao presente Caderno de Encargos, a obrigação de pagamento vence-se com a sua entrega e aceitação pela AICEP.
4. As faturas deverão conter de forma discriminada as licenças efetivamente disponibilizadas e a indicação expressa do número de compromisso que constará do contrato.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

5. Em caso de discordância por parte da AICEP, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitida, e observando o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo adjudicatário.
7. Em caso de atrasos no pagamento por parte da AICEP, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre os montantes em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

Cláusula 8.ª

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços objeto do contrato de acordo com as especificações e requisitos técnicos exigidos no presente caderno de encargos, nos prazos estipulados, tendo em vista o cumprimento das finalidades principais e acessórias do contrato e a satisfação do legítimo interesse da AICEP na celebração do mesmo;
 - b) Não alterar as condições de prestação dos serviços;
 - c) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da AICEP;
 - d) Prestar, de forma correta e fidedigna, todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados, de acordo com as circunstâncias;
 - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - f) Comunicar antecipadamente à AICEP os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- g) Intear-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução;
 - h) Cumprir toda a legislação e orientações em vigor no que concerne à prestação dos serviços objeto do contrato, designadamente, a aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
 - i) Cumprir todas as orientações da AICEP emanadas no quadro de conformação da relação contratual, que sejam adequadas e necessárias à execução do contrato do modo mais adequado às respetivas finalidades, suscitando-lhe todas as questões de natureza técnica que careçam de apreciação ou de determinação;
 - j) Manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados, devendo disponibilizá-los à AICEP, sempre que esta os solicite;
 - k) Não proceder à transmissão ou divulgação de qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa à AICEP ou a terceiro, designadamente as que consubstanciam dados pessoais, as abrangidas por direitos de autor, as classificadas e explicitamente transmitidas como confidenciais ou as que respeitem à gestão privada da AICEP, às quais venha a ter acesso em virtude da execução do contrato, sendo esta obrigação, a vigorar sem termo, diretamente extensível a quaisquer dos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores;
 - l) Realizar os serviços acessórios que forem considerados necessários;
 - m) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por força do disposto no n.º 13 do artigo 42.º do mesmo diploma.
2. O adjudicatário e os respetivos colaboradores estão ainda sujeitos ao dever de diligência sobre todos os assuntos que lhes sejam confiados.
3. O adjudicatário é responsável, no âmbito da relação contratual, por todos os seus atos e omissões, incluindo dos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, dos quais resultem prejuízos para a AICEP ou para terceiros.
4. O adjudicatário é responsável perante a AICEP por quaisquer valores, a qualquer título, que esta tenha pago ou haja de pagar em virtude do incumprimento, mora ou cumprimento defeituoso do contrato, ou da violação de quaisquer obrigações de natureza legal ou



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

regulamentar aplicáveis, incluindo, nos termos do artigo 447.º do CCP, violação de direitos de propriedade intelectual.

5. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam adequados ao cumprimento das prestações objeto do contrato.

Cláusula 9.ª

SIGILO

1. O adjudicatário e os respetivos colaboradores estão sujeitos, nos termos da legislação aplicável, incluindo o estipulado nos estatutos da AICEP para os respetivos trabalhadores, a sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, jurídica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que dela resulte, a violação do dever de sigilo pelo adjudicatário ou pelos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, prevista na presente cláusula, confere à AICEP o direito à resolução imediata do contrato sem qualquer contrapartida ao adjudicatário.
5. O dever de sigilo mantém-se indefinidamente, salvo autorização expressa em contrário pela AICEP.

Cláusula 10.ª

DADOS PESSOAIS

A AICEP e o adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

não autorizado aos mesmos, nos termos da Declaração que se anexa como **Anexo A** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 11.^a

INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSES

1. Ao adjudicatário são aplicáveis, com as devidas adaptações, as regras relativas às garantias de imparcialidade previstas no Código do Procedimento Administrativo.
2. Caso, ao longo da prestação de serviços objeto do presente procedimento, venha a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos da lei ou indicados no número seguinte, o adjudicatário compromete-se a informar a AICEP desse facto e a tomar as medidas necessárias à sua superação.
3. Entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o adjudicatário, por força do contrato ou por causa dele ou mesmo no exercício de outras atividades, pessoais ou profissionais, tenha de tomar opções técnicas, propor decisões ou emitir pareceres, com reflexo direto ou indireto em procedimentos de qualquer natureza, que possam afetar ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros à AICEP, privados ou públicos e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor, ou que possam suscitar dúvida fundada sobre a isenção e o rigor que são devidos.

Cláusula 12.^a

PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial e intelectual.
2. Caso a AICEP venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. O adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

industriais, direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do contrato.

Cláusula 13.^a

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, a AICEP pode aplicar sanções de natureza pecuniária ao adjudicatário, nos seguintes termos:
 - a) Pelo não cumprimento das quantidades ou dos prazos estabelecidos no ponto A. da parte II do Caderno de Encargos, poderá ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de € 100,00, por cada dia de atraso, até ao pontual cumprimento;
 - b) Pelo não cumprimento das quantidades ou dos prazos estabelecidos no ponto B. da parte II do Caderno de Encargos, quando tenham sido solicitadas licenças adicionais, poderá ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de € 100,00, por cada ocorrência.
2. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de quaisquer obrigações emergentes do contrato não previstas no número anterior, a AICEP pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção contratual, no valor pecuniário de até 5% do preço contratual, por cada ocorrência.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AICEP tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. No caso de aplicação de sanções de natureza pecuniária, a AICEP deduz os valores dessas mesmas sanções ao preço contratual.
5. As sanções de natureza pecuniária podem ser aplicadas pela AICEP em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário.
6. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a AICEP exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento definitivo das obrigações a cargo do adjudicatário ou exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. Nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado da aplicação de sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

8. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e na circunstância da AICEP não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
9. A aplicação de sanções de natureza pecuniária obedece ao disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP.

Cláusula 14.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo da AICEP ou do adjudicatário que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudessem ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, verificando-se os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato a celebrar, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela AICEP sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei, designadamente obrigações de garantia.
2. A resolução do contrato pela AICEP não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da AICEP para esse efeito.
4. Cumpridas todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a AICEP promove a liberação da caução, nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.

Cláusula 16.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DA AICEP

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AICEP pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º e seguintes do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 17.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento de obrigações pecuniárias pela AICEP por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à AICEP, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a AICEP cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Excetuando as situações previstas no número anterior, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Cláusula 18.ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. Ao adjudicatário não assiste o direito de ceder a terceiros, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou a fazer-se substituir, por qualquer forma, sem autorização prévia da AICEP, dada por escrito, e nos termos das disposições aplicáveis do CCP.
2. A responsabilidade pela execução do objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do presente procedimento pré-contratual, que venha a ser indicado pela AICEP, pela respetiva ordem sequencial.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a AICEP interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no presente procedimento pré-



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

contratual, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no presente procedimento pré-contratual.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da AICEP, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
7. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

Cláusula 19.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre a AICEP e o adjudicatário, quaisquer comunicações ou notificações efetuadas entre as partes devem ser efetuadas, preferencialmente, mediante transmissão escrita e eletrónica de dados, para o endereço de correio eletrónico a indicar pela AICEP, com aviso de entrega, ou carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer comunicação ou notificação efetuada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a AICEP e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se efetuadas às 10 horas do dia útil seguinte.
5. Toda e qualquer comunicação, notificação e/ou documentação emitida pelo adjudicatário em sede de execução contratual terá de ser, obrigatoriamente, redigida em português.

Cláusula 20.ª



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

GESTOR DO CONTRATO

1. A execução do contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela AICEP.
2. O referido gestor tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP e será identificado no contrato.

Cláusula 21.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o mais que não esteja expressamente previsto no programa do procedimento e no caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação conexa aplicável.

Cláusula 22.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A AICEP pretende a aquisição de licenças de *software* Microsoft para 36 meses, nos seguintes termos:

A. LICENÇAS A SUBSCREVER:

1. Pretende-se subscrever as seguintes licenças de *software* Microsoft, com validade 12 (doze) meses, por cada ano de execução do contrato a celebrar, nas seguintes quantidades estimadas:

Descrição	Quantidades
Perfil Enterprise	
M365 E3 Unified Existing Customer Sub Per User	500
Additional Products	
M365 Copilot Sub Add-on	20
O365 E1 Existing Customer Sub Per User	25
Planner & Project P5 Sub Per User	10
SQL Server Standard Core Alng LSA 2L	10
Win Server Standard Core Alng LSA 2L	16
O365 Extra File Storage Sub Add-On Extra Storage 1GB	2048

2. As quantidades indicadas são estimativas para a vigência contratual, não vinculativas para a AICEP.
3. O licenciamento deverá manter-se atualizado, de acordo com a soluções disponibilizadas pela Microsoft, nas versões mais recentes, durante a vigência contratual.
4. Incluem-se nos preços unitários das licenças os serviços de instalação, configurações e respetivas parametrizações, para colocar as licenças adquirida em funcionamento, não se incluindo em qualquer circunstância serviços de consultoria os serviços de software.
5. A AICEP tem licenciamento Microsoft *Enterprise Agreement*, ao abrigo do Contrato EAS nº 5623283, até 26 de setembro de 2025.
6. A renovação do licenciamento sempre que aplicável deve ser efetuada mantendo ativo o atual *tenant* AICEP:
 - a. *Name*: Aicep Portugal Global
 - b. *Tenant ID*: e5c91816-7f66-445d-a103-bb9847f05ee7
 - c. *Primary domain*: portugalglobal.pt



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

B. BOLSA DE LICENÇAS ADICIONAIS

1. Com a celebração do contrato, a AICEP constitui uma bolsa de *licenças adicionais*, que poderá vir a adquirir para suprir necessidades imprevistas, até ao valor máximo de 10.000,00 € (dez mil euros).
2. As licenças adicionais, se solicitadas pela AICEP, são adquiridas observando as seguintes regras quanto ao respetivo preço:
 - a. Caso as licenças solicitadas pela AICEP se encontrem previstas no ponto A. da parte II ao presente Caderno de Encargos, o preço unitário é o resultante da proposta adjudicada;
 - b. Caso as licenças solicitadas pela AICEP não se encontrem previstas no ponto A. da parte II ao presente Caderno de Encargos, a definição do respetivo preço unitário fica sujeita à aprovação prévia e expressa pela AICEP, mediante proposta a apresentar pelo adjudicatário no prazo máximo de 5 (cinco) dias após solicitação pela AICEP, sendo que o referido preço não pode exceder os valores praticados no mercado pelo adjudicatário.
3. As licenças devem ser disponibilizadas à AICEP, quando solicitadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a sua solicitação ou após a aceitação pela AICEP do preço proposto pelo adjudicatário, nos termos do disposto no n.º 3.
4. A decisão sobre a utilização, total ou parcial, da bolsa de licenças adicionais, compete exclusivamente à AICEP, não ficando vinculada à sua aquisição.
5. A verba afeta à bolsa de licenças adicionais não pode ser utilizada para outros fins.
6. De acordo com o estipulado na cláusula 7.^a do presente Caderno de Encargos, o valor a pagar pela AICEP será calculado com base nos preços unitários constantes da proposta do adjudicatário, multiplicados pelas quantidades requisitadas pela AICEP. Quando o período de vigência das licenças for inferior a 12 (doze) meses, o valor será apurado proporcionalmente ao tempo de vigência das mesmas.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Anexo A

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na
qualidade de representante legal de (*) _____ (firma, número de
identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de
Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de
_____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara,
estar ciente de que:

A. Obrigações da AICEP:

1. A AICEP procederá ao tratamento de dados pessoais para efeitos exclusivos de execução do contrato a celebrar e do cumprimento de obrigações legais;
2. A AICEP, enquanto entidade responsável pelo tratamento, dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, contactável através do endereço de correio eletrónico dpo@portugalglobal.pt, ou através de outro meio que venha a ser por ela indicado no seu *website* (www.portugalglobal.pt);
3. O titular de dados pessoais pode exercer os seus direitos perante a AICEP (na medida em que esta efetue o tratamento dos seus dados), tais como o direito de informação / acesso, de retificação ou apagamento dos dados, bem como o direito à limitação e portabilidade dos mesmos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido através do formulário eletrónico existente para esse efeito no *website* da AICEP (página Política de privacidade), gozando ainda do direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo;
4. A AICEP pode transmitir os dados pessoais a outras entidades, tidas como necessárias à prossecução das atividades da AICEP ou ao cumprimento de obrigações contratuais ou legais, desde que estas cumpram os requisitos legalmente aplicáveis, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais;
5. Os dados pessoais serão conservados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;
6. Para efeitos de gestão do contrato a celebrar podem ser realizadas operações automatizadas, nomeadamente definição de perfis, garantindo-se, contudo que as mesmas são efetuadas com os limites impostos pela legislação aplicável.

B. Obrigações do Adjudicatário / Prestador de serviço:



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Para efeitos de execução do presente contrato de prestação de serviços/fornecimento, declara o Adjudicatário/Prestador de serviço, que se compromete a:

- i) Tratar todos os dados pessoais em respeito pelos princípios e obrigações impostas pela legislação da União Europeia e Portuguesa referente ao tratamento de dados pessoais (nomeadamente, o RGPD - Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, a LPDP-Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto que assegura a sua execução na ordem jurídica nacional, e qualquer legislação posterior que altere, revogue e/ou complemente);
- ii) Garantir, nas situações onde haja partilha de dados pessoais com a AICEP, que estes foram recolhidos em conformidade com a alínea anterior, no cumprimento quer do princípio de informação (artº13 e artº14º) quer do princípio da licitude(artº6), nomeadamente na obtenção do consentimento válido quando necessário, que permita o tratamento legítimo de tais dados pela AICEP;
- iii) Tratar os dados pessoais partilhados pela AICEP, unicamente para efeitos de gestão desta prestação de serviços/fornecimento, não podendo utilizá-los para outras finalidades nem ceder, a qualquer título, junto de terceiros;
- iv) Conservar os dados pessoais partilhados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;
- v) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- vi) Utilizar medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transmitidos pela AICEP, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos (nos termos do artigo 32º do RGPD).

Assinatura

Data

(*) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.